

Em

<http://dererumundi.blogspot.com/2010/02/uniao-europeia-e-conferencia-de.html>

A União Europeia e a Conferência de Copenhaga

J.Delgado Domingos

O fracasso e a humilhação da União Europeia em Copenhaga

O Público de 24.12.2009 publicou nas páginas centrais do suplemento P2 um esclarecedor artigo de Viriato Soromenho Marques (VSM) intitulado “De Copenhaga rumo ao México a União Europeia pode fazer a diferença”. O desfecho da conferência de Copenhaga era previsível pelos motivos que indiquei (J.Negócios 3.11.2009, Expresso Online 30.11.2009). Os que sempre vangloriaram a liderança da UE na questão das alterações climáticas confrontam-se agora com o facto de o acordo de que a COP15 tomou conhecimento em Copenhaga ter sido sobretudo uma humilhação para a UE, pois a realidade virtual que criou e liderou não lhe deu sequer acesso à mesa onde o acordo foi negociado.

Rumo ao México, a UE pode fazer efectivamente a diferença se capitalizar no que de pioneiro e muito relevante trouxe para a sustentabilidade ambiental e sobretudo energética, e na ajuda aos países mais pobres. Para isso, tem de reconhecer que a sensibilização/mobilização pública conseguida com o alarmismo climático está esgotada e é contraproducente. Esse alarmismo, baseado num pseudo-consenso científico, levou à defesa de cortes nas emissões de CO₂, impossíveis de realizar sem devastadoras consequências económicas e sociais. Efectivamente, e segundo VSM, “*num impressionante estudo que procura aliar ciência dura e diplomacia, o Conselho Federal Alemão para a Mudança Global (WBGU), dirigido pelo eminente físico Hans Joachim Schellnhuber*” (que se propunha ser o guião para as negociações em Copenhaga), concluía-se que, até 2015-2020, o consumo de combustíveis fósseis teria de estabilizar para vir a desaparecer dentro de 40 anos. Portugal, p. ex., teria de reduzir cerca de 7 vezes o seu consumo actual de combustíveis fósseis até 2050 e para a maioria dos países desenvolvidos esse consumo *per capita* teria de regredir para valores próximos do primeiro quartel do século XX. Tendo em conta que as energias fósseis constituem o maior sector da economia mundial (de que representam cerca de 8%), o seu desaparecimento em 3 ou 4 décadas, para ser substituído por energias renováveis, mesmo admitindo que era financeiramente viável, seria fisicamente impossível, tendo meramente em conta o tempo necessário para a concretização de soluções tecnológicas já conhecidas. Por este, entre outros motivos, o acordo legalmente vinculativo defendido pela UE/ONU e a maioria das ONGs não poderia ser cumprido. E quem o quisesse honestamente cumprir, não o poderia assinar. Não admira, por isso, que a UE nem sequer tenha sido convidada a participar na negociação do documento que posteriormente subscreveu.

Mas será que tal acordo significou mesmo a “*incapacidade da comunidade internacional (...) prevenir a primeira mudança da estrutura ecológica e ontológica do Planeta causada pela acção humana*” como afirma VSM? Não me parece, porque o pilar fundamental deste tipo de argumentação é uma grosseira adulteração das implicações do

conhecimento científico fundamental e básico (*), em torno do qual o consenso é inequívoco.

“Fazer batota com as leis da física ...”

Alterações Climáticas e Aquecimento Global foram vulgarizados como sinónimos, e o passo seguinte foi atribuir erradamente o aquecimento global (quase exclusivamente) às emissões de CO₂eq. Invocou-se, para isso, um difuso consenso científico, no qual nunca ficou claro a que fenómenos ou leis físicas se referia. Existe, efectivamente, há décadas, indiscutível consenso científico quanto ao facto de o CO₂ ter um efeito de estufa e de o vapor de água ter um efeito de estufa muito maior. Mas tal consenso não existe quanto à relação **quantitativa** entre o aumento da concentração CO₂eq na atmosfera e a elevação da temperatura média global do ar junto à superfície (ETMGajs). Segundo o próprio relatório científico do IPCC, considerado como referência fundamental, (ARA4WG1,p. 114), a ETMGajs devida a uma duplicação da concentração em CO₂ na atmosfera tanto poderia ser de 1,9°C como de 5.9°C (dependendo do modo como se considera o efeito das nuvens). Na relação habitualmente considerada (*) a ETMGajs é proporcional ao logaritmo da concentração da atmosfera em CO₂. A constante de proporcionalidade, a chamada sensibilidade climática, varia entre ~2 e 4,5 e em relação a ela o IPCC afirma(ARA4WG1, p. 640) que:

*“a set of model metrics that might be used to narrow the range of plausible climate change feedbacks and climate sensitivity **has yet to be developed**”*

Ou seja, o próprio IPCC reconhece que não se sabe qual o valor a escolher para a sensibilidade climática. O IPCC não sabe mas os proponentes de cortes radicais, como os referidos, actuam como se soubessem. Para isso, partem das conclusões que querem obter e escolhem o valor da sensibilidade climática que mais lhes convém, não se coibindo sequer de invocar um suposto consenso, ou mesmo de citar o IPCC, se for conveniente. A verdade é que, por exemplo, o IPCC nunca recomendou 2°C como aumento de temperatura a não exceder, tal como nunca recomendou um limite de emissões para o conseguir. Um e outros valores são decisões políticas (não científicas!) da UE.

Em resumo: a argumentação da UE tem por base uma *batota* com as leis da Física. Uma batota que consiste em apresentar (como consequência de leis físicas fundamentais) uma relação quantificada entre emissões de CO₂eq e aumento de temperatura média, que só pode ser obtida com grosseiras simplificações e factores numéricos politicamente escolhidos (*).

O limite dos 2°C e os modelos climáticos

O acordo em Copenhaga fixou em 2°C o aumento de temperatura média a não ultrapassar. Esse valor justifica-se, nomeadamente, porque um aumento de 2°C se teria verificado durante o chamado período quente medieval sem que tivesse ocorrido qualquer desastre climático. Aliás, muitos dos indícios indirectos que hoje se invocam para defender que existe aquecimento (antecipação das florações na Primavera, migrações de fauna e flora, etc) são a réplica do que a História nos diz ter existido naquele período. Foi também durante este período que os vikings colonizaram a Groenlândia (“*Greenland*” =Terra Verde)

Não associar um aumento da temperatura de 2°C a um aumento quantificado de emissões de CO₂eq, é uma decisão aceitável, tendo em conta os dados das observações existentes.

De facto, aceitando como válidos os valores de referência utilizados pelo IPCC, houve um aquecimento médio global nos últimos 150 anos que não ultrapassou os 0.8°C. Houve um aquecimento entre ~1900 e ~1945, seguido de arrefecimento entre ~1945 e ~1975. E voltou a aquecer entre ~1975 e ~1988. Desde 1998 não há aquecimento. As taxas de aumento de temperatura por década foram maiores nos períodos antes de 1945 do que depois de 1975. Durante todo este período, a concentração de CO₂eq na atmosfera nunca parou de aumentar. A relação directa e quantificada entre CO₂eq e aumento de temperatura (utilizada pelos alarmistas) não é validada pelas observações. Para o ser, deveria ser capaz (e não é) de reproduzir a evolução das temperaturas, em cada uma de 2 ou 3 décadas, adoptando a mesma sensibilidade climática. Se os modelos climáticos actuais não conseguem sequer reproduzir, de modo aceitável, a evolução verificada nos últimos 50 anos, a única conclusão a extrair é a de que tais modelos são inadequados para prever alterações climáticas com décadas de antecedência, mesmo em termos de probabilidades fiáveis. Utilizá-los como único fundamento de políticas ou acordos internacionais legalmente vinculativos é, no mínimo, um contra-senso.

Conclusão

Ninguém pode seriamente negar a existência de um aquecimento global nos últimos 150 anos. Mas esse aquecimento não ultrapassou 0.8°C e não se pode garantir, com fundamento sólido, qual a evolução futura. Embora haja fenómenos climáticos que se podem associar ao aquecimento, atribuir tudo ao aumento da concentração de CO₂eq na atmosfera é um absurdo. É muito mais honesto reconhecer que se não conhecem todas as causas do que inventar as fantasias catastróficas de que a comunicação social e algumas ONGs tanto gostam, mas que só levam ao descrédito.

Se a UE quer, de facto, liderar, tem de dar o exemplo de uma fundamentação científica das suas propostas sem contaminações políticas (que deram o *climagate*), e de medidas exigentes, exequíveis e verificáveis. Se está de facto preocupada com as alterações climáticas de origem humana (e deve estar) não precisa de invocar os resultados pouco fiáveis dos modelos climáticos actuais para actuar em profundidade na reforma do seu sistema energético, porque tal reforma é exigida pela competitividade económica e pela sua dependência de fontes de energia inseguras e insustentáveis. Se está de facto preocupada, deve acabar com a hipocrisia do mercado do carbono e da contabilidade de Quioto e substituí-la pelos instrumentos regulatórios e fiscais de que tem grande experiência. Grande parte da lista do que pode e deve fazer já foi enunciado/iniciado a pretexto de aquecimento global. Manter o que se justifica por si próprio, sem ter de recorrer à ameaça de catástrofes climáticas é o pequeno grande passo que a UE tem de dar para recuperar a credibilidade perdida e uma liderança real.

3.01.2010

(*) <http://jddomingos.ist.utl.pt>

(**) Referimo-nos à Elevação da Temperatura Média Global do Ar Junto à Superfície(ETMAJS) quando se diz, por simplicidade, “aquecimento global” , “elevação da temperatura média” “ou aumento da temperatura”

|